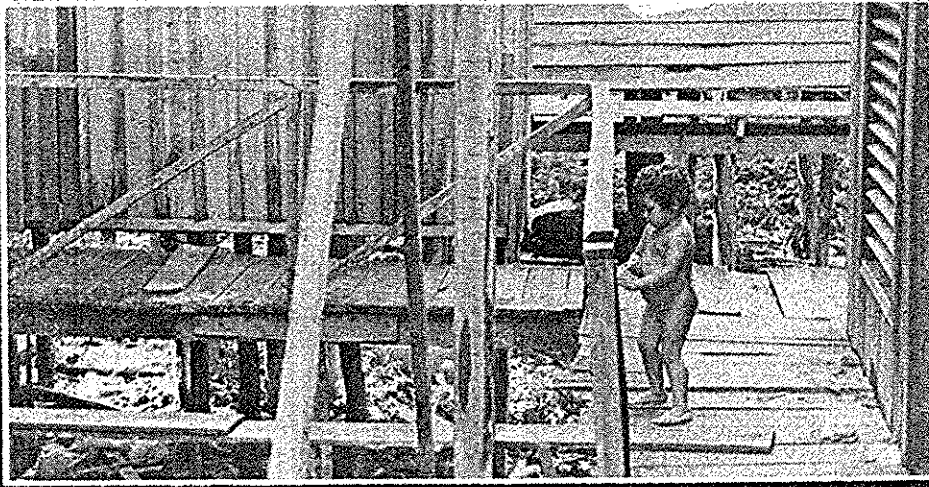
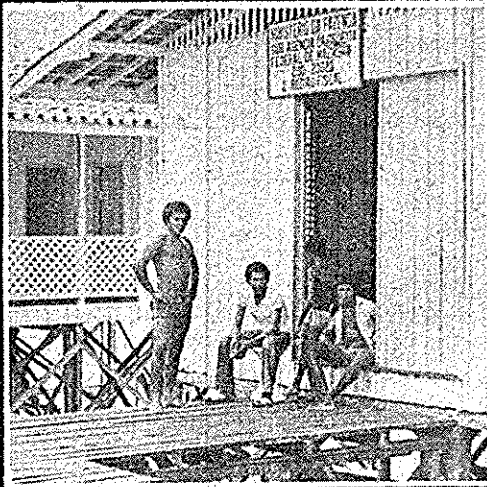
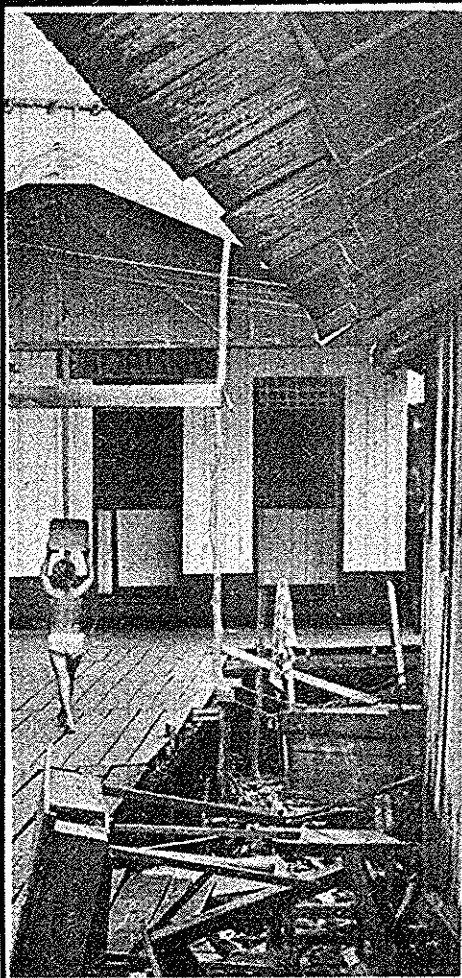
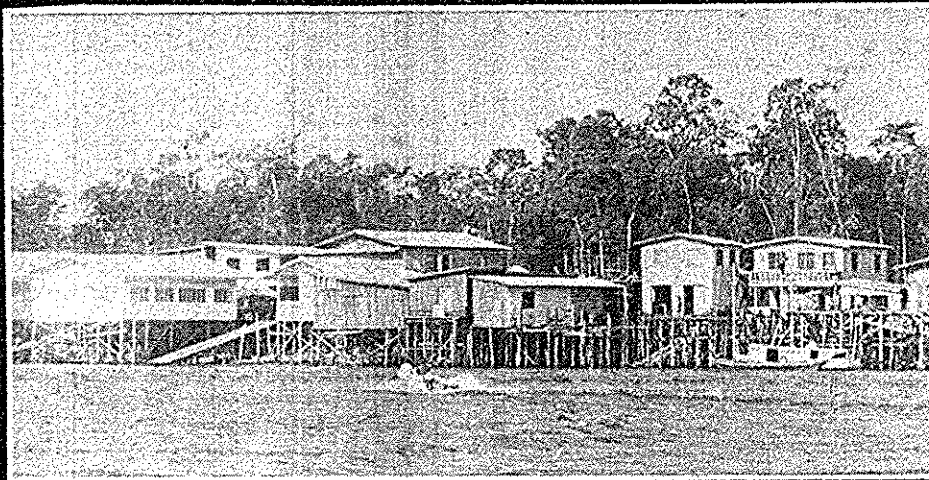


Milionário americano provoca miséria na Amazônia

MORAM 25 MIL PESSOAS NA FAVELA DA SELVA



Sem proteção do Ministério do Trabalho, os operários do projeto Jari habitam palafitas ou barcos, pagam Cr\$ 100 por quilo de açúcar e não têm hospital ou comércio regular.



O "Beiradão", a maior favela da Amazônia, é uma área de três quilômetros de pobreza, doença e miséria, construída em torno do milionário projeto Jari, do industrial norte-americano, Daniel Ludwig. Vinte e cinco mil pessoas moram nos quatro mil barracos residenciais e comerciais, construídos de forma precária, pelo sistema palafita — as ruas e as casas de madeiras são plantadas dois metros acima do rio, em estacas de madeira — no rio Jari.

A maioria dos moradores do "Beiradão" — cerca de 15 mil — trabalha no projeto Jari. Esses trabalhadores, contratados pela Jari Florestal e as empresas de engenharia e desmatamento que operam na área, são trazidos de Belém, Manaus, Fortaleza, Recife e até mesmo de São Paulo, e levados para a selva, onde ficam acampados em barracas de lona ou barracos de madeira improvisados, que abrigam 15 a 20 pessoas. Depois de um certo tempo eles abandonam as barracas de lonas e vão morar na favela, construindo um barraco palafita, de sua propriedade.

O Rio Jari divide o Estado do Pará com o Território Federal do Amapá. Do lado direito do rio, está o projeto Jari, ou seja, sede do projeto, na cidade de Monte Dourado. Do lado esquerdo, no território do Amapá, está o "Beiradão", a segunda cidade do Amapá, que cresce a uma média 20 por cento ao ano e que poderá se transformar na primeira, dentro de mais cinco anos, superando a capital, Macapá (tem cerca de 40 mil habitantes).

A favela do "Beiradão" é a melhor prova do desastre que está sendo para a Amazônia a execução do projeto Jari. Os

elevados investimentos anunciados por Daniel Ludwig, para conseguir do Governo a aprovação de seus planos, se destinarão apenas à produção — compra de máquinas, implantação de escritórios, importação de fábricas prontas, plantação de milhões de mudas no reflorestamento e etc. Na área social, a situação é caótica. Não existe casa para todos os trabalhadores contratados, o sistema de saúde é deficiente, não há comércio ou qualquer diversão, e a prostituição é uma atividade em expansão na favela — lá existem 800 prostitutas.

O abastecimento de gêneros à população que vive em torno do projeto Jari, é feito de forma criminoso. Embora exista um supermercado vendendo mais de 1300 tipos de produtos na cidade de Monte Dourado, a oferta é insuficiente para atender aos trabalhadores. Também não existe bebida alcoólica ou mesmo refrigerantes, e a maioria dos trabalhadores têm de comprar de forma racionada. A alternativa para toda a população, portanto, é comprar nas cinquenta casas comerciais instaladas na favela, onde um quilo de açúcar custa Cr\$100,00, uma cerveja, Cr\$50,00, e um quilo de café, Cr\$120,00.

Na região de Monte Dourado, a situação também não é das melhores. Embora seja uma vila construída nos moldes americanos, para ser ocupada pelos diretores e técnicos especializados de nível superior e médio, a realidade está muito distante do sonho de Ludwig, quando começou o projeto, há dez anos. Existem apenas 1.200 casas para atender cerca de 7 mil trabalhadores. Os diretores estão todos bem localizados em casas confortáveis. Os gerentes, chefes de seção

e alguns técnicos estrangeiros, também receberam casas. Porém, a maioria dos trabalhadores de nível médio, com suas famílias, está acomodada em apartamentos do tipo quitinete. Os que têm famílias grandes, alugam casas em Belém e vão visitá-las uma vez por mês.

Em outras áreas do projeto, como a vila de São Raimundo, implantada para produzir arroz, também não há casas suficientes para atender aos trabalhadores. Embora o projeto de produção de arroz tenha iniciado em 1973, somente agora estão sendo construídas as casas para os trabalhadores. Antes, mais de 300 moravam em galpões de madeira e dormiam em redes.

Antonio Silveira, um dos chefes de trabalhadores da Setal (empresa de engenharia), observa que o projeto Jari não poderia ser executado em nenhum país desenvolvido, se fosse dado aquele tipo de tratamento aos trabalhadores. Conta que trabalhou no Alasca, onde os Estados Unidos desenvolviam um projeto pioneiro na região, para produzir petróleo, mas o tratamento dispensado aos trabalhadores era totalmente diferente. Todos tinham casas e havia bares, restaurantes, cinemas e outros tipos de diversão. Na região, o Governo americano também instalou postos de fiscalização do Estado e dos sindicatos, para averiguar a defesa dos interesses dos trabalhadores. No Jari, no entanto, isto não existe. A fiscalização do Ministério do Trabalho nunca apareceu e pouca gente sabe realmente quais são os seus direitos.

Alguns trabalhadores reclamam que foram despedidos e até hoje não conseguiram lugar nos aviões ou nos barcos de Jari, para poder voltar a cidade. Como

a região só tem ligação com as grandes cidades através de veículos da Jari — barcos e aviões —, o passe para viajar só é concedido aos que estão em gozo de licença para ver a família. Os que foram demitidos por causa de grandes divergências com a empresa, têm de esperar mais de dois meses por uma autorização para viajar, e enfrentam grandes dificuldades financeiras na região.

Na favela do "Beiradão" há um posto do Ministério da Fazenda, que fiscaliza o comércio e arrecada tributos das 50 empresas comerciais, um posto de polícia e uma subprefeitura. Mas, é tudo construído em casas palafitas, funcionando em condições precárias. Não há hospital ou posto do Ministério do Trabalho. A maioria dos trabalhadores não tem carteira assinada, não tem férias ou 13º. A quantidade de crimes — assassinatos e assaltos chega a uma média de dez por mês — e ninguém sabe como conter o crescimento da favela, porque a Jari contrata sempre mais trabalhadores. O soldado José Saulo Junqueira, de serviço no posto do Beiradão, repete um comentário muito comum na boca de todos os moradores: "isso aqui é uma nova Hong-Kong". Conta que um grande número de trabalhadores mora dentro de barcos, esperando a conclusão das obras de construção de seu barraco.

O Governador do Amapá, Artur Henning, está revoltado com o projeto Jari. A favela, principal problema de seu Governo, hoje, surgiu com o mirabolante projeto do Jari, que, ao invés de enriquecer a região, como todos esperavam, só fez gerar, em 10 anos, a maior favela da Amazônia.